



AOFA



Associação de Oficiais
das Forças Armadas

COMUNICADO
(2011ABR14)

**DA AUDITORIA DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS ÀS FORÇAS ARMADAS
À SUBORÇAMENTAÇÃO CRÓNICA A QUE ESTE AS SUJEITA**

1. No passado sábado, um jornal de referência dava conta da existência de uma auditoria às finanças das Forças Armadas.
2. Para a AOFA, a existência dessa auditoria, nos termos em que foi lançada, protagonizou uma clara desconsideração pelas Forças Armadas e por aqueles que têm a honrosa missão de as chefiar e servir.
3. Com efeito, por se terem comparado meses que não tinham comparação possível, concluiu-se apressadamente que poderiam estar a ser cometidas ilegalidades na gestão dos dinheiros públicos destinados às despesas com o pessoal, lançando-se sobre a Instituição Militar, que dá o seu melhor ao serviço da sociedade que se honra de servir, inaceitáveis suspeições.
4. Hoje mesmo, os meios de comunicação social vieram dar pública conta do que a AOFA há muito sabia e denunciara: o Orçamento do Estado (OE) para 2011 não contempla as verbas necessárias às Forças Armadas quer nas vertentes operacional e de funcionamento quer, até, nas que respeitam às despesas com o pessoal, entre as quais avultam as remunerações.
5. Durante a semana, já tinham surgido notícias que davam conta de idênticas dificuldades nos orçamentos das Forças de Segurança (FS).
6. Entretanto, Sua Exa. o Ministro de Estado e das Finanças procurou justificar essas dificuldades com eventuais promoções ocorridas nas FS sem a competente autorização.
7. Por isso, não é de todo descabido imaginar que o lançamento da auditoria nas Forças Armadas tivesse eventualmente a ver com a necessidade de lançar sobre os militares culpas que não são suas.
8. No entanto, todos os anos, a insuficiente orçamentação das Forças Armadas surge já como um paradigma governamental, obrigando a complicados remendos desejavelmente evitáveis e perfeitamente desnecessários se, desde logo, o OE fosse feito com rigor.
9. No final de 2010, conforme foi noticiado, assistiu-se, inclusivamente, à “limpeza” das verbas que os Ramos ainda possuíam para as respectivas despesas, sem que estes fossem previamente avisados do que ia suceder.
10. Em 2011, as consequências da suborçamentação vieram mais cedo.
11. Sua Exa. o Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar já se viu forçado a vir a público garantir que não faltarão as verbas indispensáveis para pagar as remunerações dos militares.
12. Tem sido assim nos anos anteriores e esperamos que assim seja neste.
13. Entretanto, quer se queira ou não, 2011 está a ser um ano diferente sob o ponto de vista das dificuldades que o País enfrenta, devido à situação a que o conduziram sucessivos governos.
14. Os oficiais, entre preocupados e perplexos, assistem incrédulos ao estado a que se chegou, em que as Forças Armadas e as Forças de Segurança, pilares fundamentais da estabilidade do Estado Democrático, vêm postas em causa quer a sua operacionalidade quer as remunerações dos que nelas servem o País.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Ludovico Jara Franco
Coronel de Infantaria